

A fúria de uma presidenta: Análise da reportagem “Uma presidente fora de si” da revista IstoÉ¹

Luana Magalhães de Barros²

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

Resumo

No presente artigo, pretende-se fazer uma panorâmica sobre os estudos de gênero, com enfoque na figura feminina e sua construção através de diferentes narrativas. A reportagem da revista IstoÉ “Uma presidente fora de si”, publicada no dia 1º de abril de 2016, é objeto escolhido por trazer elementos interessantes para a discussão sobre a construção discursiva dos papéis de gênero. Explano sobre a importância da palavra como construção da realidade através de AUSTIN(1962) e TAYLOR (2013). Os conceitos de identidades tem como referências BUTLER(2003) e FIGUEIREDO(2015). Já GOFFMAN(2000) é acionado para discutir sobre papéis sociais e estereótipos.

Palavras-chave: Dilma Rousseff; gênero; jornalismo; mulher; performance.

1. Introdução

No dia primeiro de abril de 2016, pouco mais de duas semanas antes da votação na Câmara dos Deputados, a Revista IstoÉ publicou a capa “AS EXPLOSÕES NERVOSAS DA PRESIDENTE”, com todas as letras em caixa alta. A fotografia em destaque, editada para ter grande saturação de cores, é do rosto de Dilma Rousseff enquanto esta grita. Há um grande foco na expressão, conseguimos ver apenas a área entre a testa e o queixo da presidenta eleita. Um pequeno texto acompanhava os dizeres da manchete principal:

Em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento do cargo e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais de dirigir o país.³

¹ Trabalho apresentado no DT8 – Estudos Interdisciplinares do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 29 de junho a 1 de julho de 2017.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, na Universidade Federal do Ceará. Email: luanamdb@gmail.com.

³ Grifos feitos em letras amarelas pela editoração da revista.



Figura 1 – Capa da Revista IstoÉ “As explosões nervosas da presidente”

Fonte: Página da IstoÉ/ Facebook

A reportagem jornalística anunciada pela capa é intitulada “Uma presidente fora de si” e foi lida para a escrita desse artigo na plataforma digital da publicação. Ao ser salvo como documento, o texto do site possui 12 páginas. Relatos anônimos, fotografias, infográficos e até mesmo uma referência histórica a “Maria I, a Louca” são utilizadas por Sérgio Pardellas e Débora Bergamasco, que assinam a reportagem – embora seja necessário não termos a ilusão que repórteres são os únicos responsáveis pelo conteúdo publicado em quaisquer veículos jornalísticos.

O presente artigo debruça-se sobre essa reportagem – entendendo também a capa como parte do processo de construção da imagem da presidenta como uma mulher desequilibrada – buscando entender como o texto jornalístico age para a construção de uma imagem da presidenta. Que mulher é construída a partir dessa reportagem? Que repertórios e arquivos (TAYLOR, 2013) sobre a mulher (existiria mesmo só uma mulher?) são acionados para essa construção?

2. A palavra como ação

Diana Taylor utiliza da colonização das Américas para discorrer sobre como a palavra tem poder dentro da estrutura da sociedade ocidental. A comunicação e a

criação de sentido são feitas através de um privilégio do escrito sobre o incorporado, da palavra sobre a performance.

Seria possível dizer que toda a escrita do século XVI sobre o descobrimento e a conquista reencena o que Michel de Certeau denomina a "cena inaugural: depois de um momento de pasmo, nesse umbral pontilhado de colunatas de árvores, o conquistador *escreverá o corpo do outro* e traçará ali sua própria história". A teatralidade torna o roteiro vivo e irresistível. Em outras palavras, os roteiros existem como imaginários específicos culturalmente - conjuntos de possibilidades, maneiras de conceber o conflito, a crise ou a resolução - ativados com maior ou menor teatralidade. (TAYLOR, 2013: 41)

A autora se contrapõe a binariedade entre palavra escrita e os atos incorporados – entendendo aqui a fala também como incorporação –, entre o arquivo de materiais supostamente duradouros (isto é, textos, documentos, edifícios, ossos) e o repertório, de práticas incorporadas (isto é, língua falada, dança, esportes, ritual).

O ato de contar é tão importante quanto o de escrever; o fazer é tão central quanto o registrar a memória passado por meio de corpos e prática mnemônicas. Os caminhos da memória e os registros documentados podem reter o que o outro “esqueceu”. Esses sistemas sustentam e produzem um ao outro; nenhum deles está fora ou é antiético à lógica do outro. (TAYLOR, 2013: 71)

O antagonismo entre os dois conceitos é, então, ingênuo. O repertório necessita do arquivo e vice-versa, assim como – por mais que historicamente a escrita venha sendo mais utilizada para sustentar o poder – o repertório não esteja livre de apoiar a os sistemas hegemônicos. Podendo atuar como antagônicos ou em harmonia, os dois conceitos vão encontrar-se em um dispositivo comum: a linguagem. Embora nenhum dos dois esteja restrito a essa, é impossível negar a importância que a palavra tem dentro da construção tanto do arquivo como do repertório.

O poder da palavra, seja ela oral ou escrita, é essencial na construção do homem ocidental (“a cultura ocidental está casada com a palavra”, enfatiza Taylor). Contudo, J. L. Austin enfatiza, em “Quando Dizer é Fazer”, a necessidade de não entendermos mais a linguagem como meio de descrição do mundo e sim como meio de “ação, como forma de atuação sobre o real, e, portanto, de constituição do real” (1962: 10). Saindo de uma teoria do significado para uma teoria da ação, Austin vai falar de

uma linguagem performativa – sendo este adjetivo muito menos uma qualidade da performance do que do discurso.

Os atos de fala propostos por J. L. Austin são sentenças e expressões que apenas por serem performadas são ações. Dizer é fazer. O aprofundamento nos conceitos e explicações de Austin leva a crer que todas as falas podem ser vistas com performativos implícitos. A abordagem performativa da linguagem é apropriada por Butler ao descrever os atos corporais performáticos.

A mídia – e por consequência, o Jornalismo – utilizam da linguagem não apenas como descritivas de significados, mas como construtoras desses significados através de atos de fala, utilizando-se de arquivos e repertório para a criação e manutenção de roteiros pré-existentes, que “permanecem como paradigmas notavelmente coerentes de atitudes e valores aparentemente imutáveis” (TAYLOR, 2013: 65).

3. Dilma, uma mulher desequilibrada

“Haverá um gênero que as pessoas possuem, conforme se diz, ou é o gênero um atributo essencial do que diz do que a pessoa é, como implica a pergunta ‘Qual o seu gênero?’”, pergunta Judith Butler em Problemas de Gênero (2003, p. 28). A construção discursiva do conceito de gênero e sexo incapacita uma resposta conclusiva, mas a própria Butler traz uma ideia a qual retorno para falar do objeto desse texto. A figura ‘mulher’ para a autora é frequentemente “invocada para construir uma solidariedade de identidade” (2003, p. 15).

A homogeneidade das identidades é criticada por Butler e, antes desta, por Foucault. Como abarcar as multiplicidades dos sujeitos dentro de categorizações pré-definidas? “O preço para a obtenção de uma identidade socialmente inteligível é a subordinação, porque essa identidade nos encarcera em papéis sociais rígidos” (FIGUEIREDO, 2015, p. 161). Contudo, seria possível apenas aplicar sem nenhuma adaptação as críticas de uma norte-americana e de um francês, vindos de contextos completamente diversos em relação ao brasileiro?

Nesse sentido, podemos dizer que em termo das identidades raciais e sexuais o contexto latino-americano, com particular ênfase para o Brasil, sempre foi queer, se consideramos, prioritariamente, a fluidez da categoria e o desafio à identidade presente nessa categoria (BUTLER, 2004). Quer dizer, em contexto particularmente misturado em que o Estado é caracterizado pela falta de respeito aos direitos das minorias, da sexualização das mulheres nas narrativas da identidade nacional e desrespeito à cidadania, o modo ainda eficaz para obtenção de direitos tem sido através da articulação coletiva e da mobilização política formuladas em termos identitários. (FIGUEIREDO, 2015: 160)

A afirmação de si como ser mulher é estratégia, então, porque a sociedade ainda assim nos lê. A tentativa de agenciar o corpo feminino torna imperativo o uso da identidade como maneira de afirmar a diferença e fazer reverberar a voz que insistem em silenciar. “Porque existimos e somos particulares, não somos dados o luxo de sermos indiferentes” (ASSUMPÇÃO, p. 6, 2015).

A identidade é, então, conceito tenso. Ainda que considerado necessário por diferentes militâncias políticas, também é controverso pela generalização que faz de indivíduos particulares em categorias socialmente – e discursivamente – construídas. O gênero é utilizado, dessa forma, como uma categorização, mas o que me faz mulher? Por que sou reconhecida como mulher e não como homem? Que performances estão presentes em meu cotidiano para que me enquadrem nesse gênero?

Reconhecer que nossas vidas estão estruturadas de acordo com modos de comportamento repetidos e socialmente sancionados levanta a possibilidade de que qualquer atividade humana possa ser considerada como performance, ou, pelo menos, que toda atividade é executada com uma consciência de si mesma. (CARLSON, 2009: 15)

Segundo o canadense Erving Goffman (2003), os sujeitos são atores sociais representando papéis. “É nesses papéis que nos conhecemos uns aos outros; é nesses papéis que nos conhecemos a nós mesmos” (GOFFMAN, 2013:27). Os papéis sociais dizem dessas categorias previamente construídas socialmente, onde cada indivíduo deve performar as características pertencentes ao papel, contribuindo para a manutenção dos valores da comunidade. Goffman vai chamar essas performances de representações, sendo essas imbricadas de significados da vida social e constituidoras de uma simplificação das identidades através do estereótipo.

É desse estereótipo que a mídia vai alimentar-se para interagir com o público, já que, mesmo que simplificadores e generalistas, os estereótipos de cada um desses papéis sociais é compreendido – mesmo que, por vezes, também contestado – por uma grande amplitude de pessoas. Diana Taylor (2013) também traz o estereótipo como parte do processo de transmissão e armazenamento proporcionado pelo arquivo e repertório envolvidos nas performances sociais, através da construção de roteiros.

O roteiro - "um sumário ou esboço de uma peça, que dá informações sobre as cenas, situações etc" - como a performance, nunca significa pela primeira vez. "Da mesma forma que o discurso mítico de Barthes, o roteiro consiste de material que já foi trabalhado antes" (Mythologies, p.110). Seu arcabouço portátil carrega o peso de repetições cumulativas. O roteiro torna visível, mais uma vez, o que já está lá - os fantasmas, as imagens, os estereótipos (p. 60).

Os roteiros seriam, então, “paradigmas para a construção de sentidos que estruturam os ambientes sociais, comportamentos e consequências potenciais” (p. 60). Os estereótipos sociais são assim repassados adiante, adaptados e modificados, mas nunca realmente transformados, sempre a invocar situações anteriores “tão profundamente internalizadas por uma sociedade que ninguém se lembra do que aconteceu antes. [...] Em lugar de uma cópia, o roteiro constitui algo que acontece repetidas vezes” (p. 66).

A performance de estereótipos e a reprodução desses pela mídia não é um processo sequencial. Não se trata de um processo do ambiente social que passa a ser mediado pelos veículos comunicacionais.

Os estereótipos de gênero presentes na mídia devem ser entendidos como produtos de uma dinâmica social mais ampla, que envolve a determinação de papéis diferenciados, e hierarquicamente distintos, para homens e mulheres (BIROLI, 2009:274).

Mas “as representações sobre a feminilidade presentes na mídia podem reforçar uma série de estereótipos ligados aos papéis de gênero” (p. 278).

A performance pertence tanto aos fortes quanto aos fracos. [...]. Os modos de armazenar e transmitir conhecimentos são muitos, e as performances incorporadas têm frequentemente contribuído para a manutenção de uma ordem social repressiva. (TAYLOR, 2013: 53)

3.1. A fúria e o desequilíbrio



Figura 2 – Fotografia da reportagem “Uma presidente fora de si”
Fonte: Revista IstoÉ

“Os últimos dias no Planalto têm sido marcados por momentos de extrema tensão e absoluta desordem com uma presidente da República dominada por sucessivas explosões nervosas, quando, além de destempero, exhibe total desconexão com a realidade do País. Não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo. ”

O início do texto da matéria intitulada “Uma presidente fora de si” dá o tom da leitura de toda a reportagem. “Outro surto de Dilma”; “Dilma perdia o controle”; “A presidente saiu de si”; “Os desvarios de Dilma” são quatro das expressões utilizadas para adjetivar o estado emocional que, segundo a revista IstoÉ, a presidenta se encontraria no período próximo a votação da continuação do processo de golpe. Todas as expressões são encontradas em apenas uma das doze páginas que compõe a matéria.

Dividida entre relatos de “subordinados” anônimos⁴, descrições de reuniões com ministros e assessores, além de diagnósticos psicológicos e psiquiátricos, a reportagem oferece um quadro completo da situação no Palácio do Planalto a partir de fontes desconhecidas do leitor, expressões contundentes sobre o emocional da presidenta e argumentos psiquiátricos, oferecendo diferentes prismas pelos quais é possível analisar a reportagem em questão. Os estereótipos de gênero, no que tange o feminino, retificados pela publicação são, no entanto, o aspecto mais presente na escrita, não se ausentando em nenhum dos parágrafos.

Uma descrição que se destaca são as dos “surto de raiva” protagonizados pela presidenta, segundo a IstoÉ. “Gritos, berros e ofensas”, quebra de móveis e “palavrões aos borbotões” (que mulher afinal, fala palavrões?) são algumas das situações que a revista utiliza para ilustrar o “estado emocional” da presidenta eleita. “A fúria da presidente” é uma expressão encontrada em uma das páginas que parece resumir os motivos para essas ações que, embora exacerbadas, não eram assim tão inéditas, já que “é bem verdade que Dilma nunca se caracterizou por ser uma pessoa lhana⁵ no trato com os subordinados. Mas não precisa ser psicanalista para perceber que, nas últimas semanas, a presidente desmantelou-se emocionalmente”, nos diz a publicação.

Nas reações à matéria principal dessa edição da revista – com a criação da hashtag “IstoÉ Machismo” – é possível encontrar algumas comparações bem interessantes entre a capa da edição e outras capas. Mostrarei aqui duas comparações feitas entre publicações que possuem a mesma temática: a fúria. Na primeira, a capa é comparada com outra capa publicada seis anos antes pela revista Época. A publicação relatava os ataques de fúria do então técnico da seleção brasileira de futebol, Dunga. Contudo, nessa matéria o periódico valorizava essa raiva e mostrava como torná-la motivação para superar obstáculos.

⁴ Fontes anônimas são utilizadas no Jornalismo, principalmente, quando há riscos para esta. Esse é assunto, inclusive, de extensos debates ao tratar da ética na profissão. Contudo, a reportagem é feita exclusivamente de fontes anônimas, o que não é usual dentro do Jornalismo.

⁵ Aquela pessoa que é amável, sincera, franca.



Figura 3 – Capa Revista IstoÉ X Capa Revista Época
Fonte: Revista Fórum

A fúria vinda de uma mulher é apontada como descontrole emocional, manifestação violenta, desequilíbrio. O mesmo sentimento vindo de um homem, contudo, é poder, uma dádiva. Um espaço de tempo e contexto separam as duas publicações, contudo não podemos considerar errônea por completo uma correlação entre as duas interpretações feitas de um mesmo sentimento em dois gêneros sexuais diferentes. As revistas não podem ser lidas como separadas de seu contexto social, em que a diferença de gênero – embora cada vez mais denunciada e contestada – ainda é a realidade, onde a mulher ainda é inferiorizada em favor do homem.

Por toda a parte, as atividades valorizadas são as exercidas pelos homens; por toda parte, os mitos e discursos evocam a natureza inferior das mulheres; por toda parte, o masculino é designado por valores positivos e o feminino, por valores negativos; por toda parte se exerce a supremacia do sexo masculino sobre o sexo feminino (LIPOVETSKY, 2000: 232)



Figura 4 – Montagem que reúne capas da fúria de mulheres públicas

Fonte: ONG Think Olga

A montagem feita pela ONG Think Olga mostra um comparativo entre a abordagem de diversos veículos, nacionais e internacionais, sobre a fúria de mulheres públicas. Das seis capas, cinco são sobre mulheres que possuem a imagem vinculadas a política, sendo quatro delas de mulheres que chegaram a cargos institucionais de poder. A raiva dessas mulheres é mostrada como perigosa, já que no que concerne o âmbito político, “o recurso aos papéis sociais tradicionalmente reservados às mulheres pode ser [...] um obstáculo a uma atuação política mais destacada e uma estratégia de diferenciação e ação política por parte das mulheres” (BIROLI, 2009:276).

O emocional da presidenta eleita Dilma Rousseff como foco único de uma reportagem principal de uma das revistas com maior circulação do País confere uma ilustração dos outros âmbitos envolvidos no golpe. A fúria de Dilma tão realçada ganha

pinceladas psiquiátricas, com o detalhamento dos remédios tomados pela presidenta, citando o modelo da psiquiatra Elisabeth Kübler-Ross sobre os estágios que as pessoas atravessam com a proximidade da perda, além de fazer um paralelo entre Dilma e “Maria I, a Louca”. Sobre essa última comparação, cito o texto da reportagem:

No século 18, o renomado psiquiatra britânico Francis Willis se especializou no acompanhamento de imperadores e mandatários que perderam o controle mental em momentos de crise política e chegou a desenvolver um método terapêutico composto por “remédios evacuates” para tratar desses casos. Sua fórmula, no entanto, pouco resultado obteve com a paciente Maria Francisca Isabel Josefa Antônia Gertrudes Rita Joana de Bragança, que a história registra como “Maria I, a Louca”. Foi a primeira mulher a sentar-se no trono de Portugal e, por decorrência geopolítica, a primeira rainha do Brasil. O psiquiatra observou que os sintomas de sandice e de negação da realidade manifestados por Maria I se agravaram na medida em que ela era colocada sob forte pressão.

A comparação entre o estado de loucura e do estado emocional da presidenta eleita aciona o estereótipo da mulher louca, ensandecida, histérica. A histeria é um termo, também psiquiátrico, cunhado para descrever “um mal feminino”. No final do século XVIII e início do XIX, ser histérica era desviar das categorias normativas do gênero feminino e sentir-se insatisfeita nos papéis definidos para as mulheres: ser mãe, ser esposa, ser filha. O destino dessa mulher⁶ já estava traçado e o mero desejo de desviar-se dele era categorizado como doença.

Um século passou-se desde desse período, contudo as mulheres que tentam desviar-se das normas continuam a ser punidas ou desprezadas. Dilma Rousseff ousou eleger-se presidenta em um País ainda dominado por uma lógica machista e patriarcal. A tentativa de manter-se no cargo, para o qual foi democraticamente eleita, é descrito pela reportagem como nada mais que “surto, destemperos e negação da realidade”. A matéria, tão repleta de fontes anônimas, não cita nenhuma vez a fala de Dilma Rousseff. O silêncio da presidenta talvez nos diga mais do que as falas colocadas. Spivak sobre isso fala que “o que o trabalho não pode dizer é importante, pois aí a elaboração da declaração é executada em um tipo de silêncio” (p. 82, 2014).

⁶ É interessante localizar essa mulher que possuía papéis bem definidos e que tinha apenas o destino possível de ser esposa e mãe como uma mulher branca, de classe média e alta. A mulher negra desde sempre teve seu papel como trabalhadora aceito e utilizado pela sociedade patriarcal. O recorte de classe é importante para não correremos o risco de generalizarmos as mulheres e colocarmos todas numa mesma categoria.

4. Considerações

As escolhas acadêmicas também falam de escolhas políticas. Desde a seleção de autores, até a colocação das citações e mesmo a escolha do objeto, diz muito dos posicionamentos políticos daqueles que escrevem. A Academia, assim como o Jornalismo, outrora buscou para si a redoma da objetividade e imparcialidade – a bem da verdade, essas duas características ainda são invocadas por muitos pesquisadores.

Contudo, uma pretensa transparência e não-vinculação com aquilo que se escreve é impossível. Desde a escolha do objeto, ao recorte, metodologia e bibliografia, as escolhas dizem mais sobre aqueles que pesquisam do que sobre aqueles que são pesquisados. Não seria preferível, então, abandonar essa falsa redoma – protegida pelas mais diferentes artimanhas – e assumir o lugar do qual falamos como pesquisadores? Tornar de fato o processo mais sincero e a leitura mais transparente?

A mídia produz uma atualização de roteiros pré-estabelecidos com maior alcance e feita nas mais diferentes plataformas. O repertório performado todos os dias pela sociedade a respeito de papéis pré-estabelecidos transforma-se em arquivo através da imprensa e volta novamente a repertório, num processo de retroalimentação contínuo e incessante, onde não é possível precisar onde é início e onde é final. A escolha de uma reportagem para análise dentro de uma gama destas disponíveis, assim como os métodos utilizados para analisá-la são também escolhas políticas feitas ao me propor a escrever esse artigo.

Como mulher, a publicação me atingiu de maneira diferente. Como jornalista, eu poderia ter tomado diversos caminhos para análise. Contudo, os estudos de gênero e suas performatividades me pareceram a escolha mais acertada num campo que ainda ignora muitas das questões relacionadas o tema. A interdisciplinaridade entre Jornalismo e Gênero mostra-se cada vez mais necessária, em um campo que demite jornalistas que denunciam assédios no exercício da profissão logo após um ano como 2015, onde não foi possível ignorar as mulheres fazendo-se mídia ao reverberar as próprias vozes nas denúncias dos mais diferentes tipos de opressões aos quais ainda somos expostas. O silenciamento sempre imposto - e que com matérias como a

analisada nesse artigo - ainda é o lugar reservado as mulheres, vai sendo rompido a cada instante.

Ao encerrar este artigo, não desejo concluir coisa alguma. Os entrelaçamentos aqui propostos me levam a apenas uma consideração, esta não final: precisamos seguir tensionando. As mulheres precisam persistir criando no espaço da Academia, ainda dominado por homens, espaços de resistência onde seja possível falar de nós com a posicionalidade de alguém que vive organicamente o que é ser mulher e não com a falsa objetividade de pesquisador imparcial.

5. Referências Bibliográficas

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Trad. Édna de Marco. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 8, p. 229-236, 2000.

ASSUMPCÃO, Pablo. Eleonora e o corpo performativo: poéticas do ato, materialidades do encontro. In: FABIÃO, Eleonora; LEPECKI, André (Org.). **Ações: Eleonora Fabião**. Rio de Janeiro: Tamanduá Artes, 2015.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Londres: Oxford University Press, 1962.

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 34, p. 269-99, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. trad: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARLSON, Marvin. **Performance: uma introdução crítica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FIGUEIREDO, Angela. Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. **Revista de Estudos Indisciplinares em Gêneros e Sexualidades**, Salvador, v. 1, n. 3, p.152-169, maio/outubro 2015.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2013.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MAIA, Cláudia. Dos estudos de gênero aos feminismos: uma trajetória pessoal. **Em Tempo de Histórias**, n.º. 7, 2003.

UMA PRESIDENTE fora de si. 2016. IstoÉ, São Paulo, 1º Abril 2016. Disponível em <http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/>. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

TAYLOR, Diana. Atos de Transferência. In: _____. **O arquivo e o repertório: Performance e memória cultural nas Américas.** Editora UFMG, 2013. P. 25-90.